

ETNOGRAFANDO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: O CASO DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA JARDIM BOTÂNICO¹

Pedro Henrique Baima Paiva (UFG)²

Palavras-chave: planejamento urbano; câmara participante; antropologia urbana.

INTRODUÇÃO

O antropólogo Claude Lévi-Strauss visitou a cidade de Goiânia em 1937, quatro anos após o lançamento da pedra fundamental pelo então interventor federal Pedro Ludovico Teixeira, e sua impressão foi que “ali nos sentíamos como numa estação de trem ou num hospital, sempre passageiros, e nunca residentes” (LÉVI-STRAUSS 1996, p. 132).

A cidade planejada e modernista que nasceu no centro oeste do país, durante muito tempo foi escolhida por pessoas vindas de vários Estados para trabalhar e viver. Contudo, para algumas dessas pessoas que há mais de 60 anos lutam pela escritura de suas casas, essa sensação de “passageiro”, vez ou outra ainda volta à lembrança.

Este é o caso dos moradores da Ocupação do Jardim Botânico (OJB), que mais uma vez enfrentam a ameaça de despejo após o anúncio de projetos urbanísticos para a região. Construída às margens do Botafogo, córrego que historicamente acolheu muitas famílias vindas para a construção da cidade planejada, a OJB trava uma disputa com a prefeitura em busca da regularização fundiária das casas no mesmo momento em que o setor imobiliário lança seu olhar para o potencial de valorização da área e pressiona o poder público por intervenções.

É nesse contexto que a cidade de Goiânia, planejada e construída na década de 1930 como símbolo da ruptura do tradicional em busca da modernidade, se torna um ótimo caso para análise. A capital do Estado de Goiás tem experimentado o que Harvey (2014) chamou de desenvolvimento incoerente e insípido que ganhou legitimidade no

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² Biólogo Antropólogo, pedro baima é Analista em obras e urbanismo da Prefeitura de Goiânia e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFG. Contato: pedrohbaima@gmail.com

movimento chamado “novo urbanismo” e que enalteceu a venda da comunidade e do “estilo boutique” como modo de vida, criando um produto feito por agentes imobiliários para satisfazer os sonhos urbanos.

Ao analisar o diálogo entre a prefeitura, os moradores e os investidores imobiliários considerando-o como sugere Herzfeld (1991), um debate cultural na prática social, procuro contribuir com o estudo de processos urbanísticos e de intervenções urbanas aprofundando o olhar para a relação de familiaridade que os moradores têm com os lugares. Conhecer o saber local a partir das dinâmicas dos moradores, seus valores e suas memórias pode fornecer informações importantes sobre os lugares, que devem ser incorporadas ao saber técnico e especializado do ambiente político e burocrático do planejamento das cidades.

Portanto, após o anúncio da prefeitura da capital de realizar sete audiências públicas para discutir com a população uma proposta de Operação Urbana Consorciada para a região, lanço mão da câmera participante, dinâmica de apresentar ao grupo o material registrado durante o trabalho de campo, para filmar essas audiências com os moradores da (OJB), registrando, sobretudo a forma com que as pessoas veem ou imaginam a região.

A CÂMERA PARTICIPANTE NA ANTROPOLOGIA DA CIDADE

Magnani propõe que a antropologia *na* cidade, isto é, o estudo de vários objetos de pesquisa na cidade como religião, política, gênero, raça e etc, pode caminhar na direção de construir uma nova perspectiva *da* cidade, tornando a própria cidade como objeto de pesquisa e contribuindo com novos modelos de entendimento. Para tanto,

o pesquisador não apenas busca apreender o significado do arranjo do nativo, mas ao perceber esse significado e conseguir descrevê-lo agora nos seus termos (dele, analista), é capaz de atestar sua lógica e incorporá-la de acordo com os padrões de seu próprio aparato intelectual e até mesmo de seu sistema de valores (MAGNANI, 2012, p. 264).

A partir dessa premissa, o estudo do debate cultural entre moradores e a prefeitura de Goiânia, que disputam o direito à terra numa região da cidade, as audiências públicas tornaram-se um importante material para a pesquisa da cidade.

Na Ocupação do Jardim Botânico, o trabalho de campo buscou a intersubjetividade lançando mão de imagens e de vídeos. Inspirado nas experiências dos

Vídeos nas Aldeias que começaram em 1986 quando os pesquisadores apresentaram o material filmado aos índios Nambiquara e causaram uma mobilização coletiva que chamou atenção e que acabou sendo levada para outros grupos (ARAÚJO, 2012).

Ademais, a produção audiovisual em Antropologia se ampliou na passagem do século XX para o século XXI tornando os recursos audiovisuais instrumento de diálogo vigoroso nas experiências etnográficas, propiciando aos grupos sociais estudados compartilhar as experiências de construção de imagens de si e ampliando na produção antropológica sua eficácia simbólica na construção de memórias coletivas em comparação com a cultura de escrita que orienta os meios acadêmicos. Para Rocha e Eckert (2013), a memória coletiva é tecida pelo fenômeno da intersubjetividade sob o plano da cultura humana e de suas obras, é um recital de imagens que resiste à ação corrosiva do tempo, parte integrante da consciência poética da humanidade sobre seu destino mortal.

Inspirado também pelos princípios *rouchianos* na realização de uma antropologia compartilhada a partir da filmagem participante, da edição compartilhada e da publicação do material monográfico e audiovisual. A câmera participante é a dinâmica de apresentar ao grupo o material registrado durante o trabalho de campo. Essa prática favorece o diálogo, e a comunidade, como sujeito coletivo, dialoga sobre o que deve ser filmado, quem deve ser filmado, como, quando e onde (ALVAREZ, 2013).

Nesse diálogo o antropólogo pode favorecer a dimensão dialógica, propiciando uma direção também compartilhada. A edição compartilhada, por sua vez, diz respeito à participação do grupo na elaboração do roteiro, da captação e da montagem do vídeo. Dessa maneira o grupo se apropria tanto do vídeo para construir sua própria imagem quanto do rumo da pesquisa (ALVAREZ, 2013).

Por fim, para esse artigo, a produção do vídeo etnográfico favorece o estudo dos arranjos interpretativos dos habitantes, que conforme (Rocha; Eckert, 2013, p. 13), “orienta as formas representacionais do patrimônio e da memória da comunidade urbana local investindo-se na compreensão das experiências vividas dos seus significados culturais, disponíveis social e historicamente”. Portanto, é com a câmera e os moradores da OJB que eu acompanhei as audiências públicas que apresento a seguir.

UMA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA EM QUATRO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Há algum tempo as Ciências Sociais têm se dedicado a estudar as políticas públicas, principalmente por lançar mão de dados qualitativos e pelo seu cuidado com a subjetividade dos atores envolvidos. Segundo Giddens (2009, p. 02) “a subjetividade é o centro previamente constituído da experiência de cultura e história, e como tal fornece o fundamento básico das ciências sociais ou humanas”.

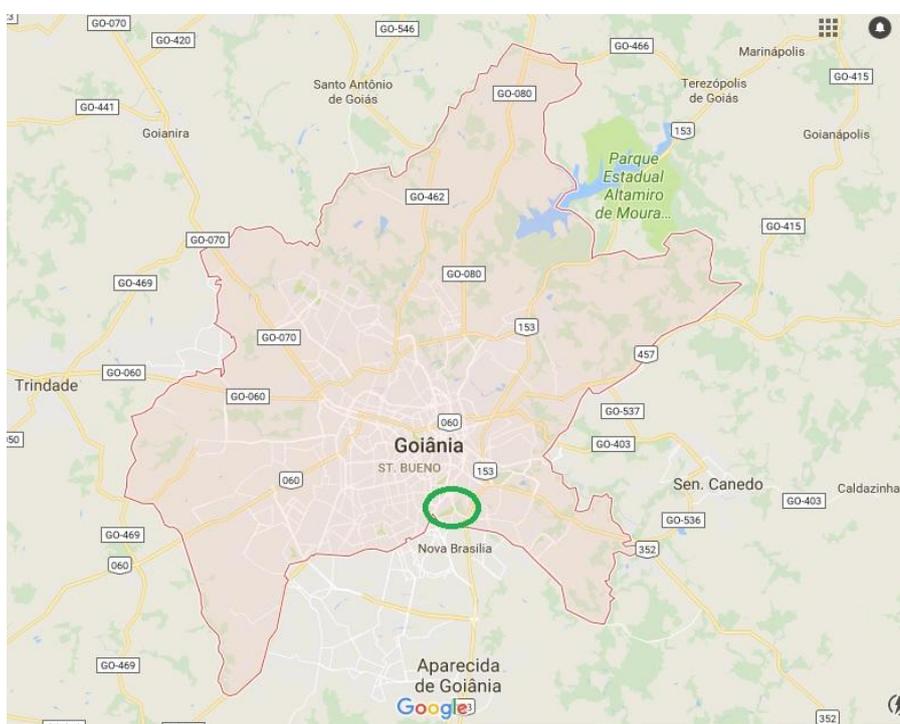
Já a política pública enquanto objeto de estudo é uma disciplina prática cujo propósito explícito é aconselhar os agentes públicos sobre a melhor maneira de lidar com os problemas públicos, promover a democracia e a participação social no Estado Moderno, incluindo os cidadãos ordinários no processo político, e a remoção da desigualdade entre os participantes (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Importante para a democracia e a participação social, “a audiência pública é um instrumento que leva a uma decisão política ou legal com legitimidade e transparência”. Para o Estado Democrático de Direito e o habitual processo administrativo, as audiências públicas são as ferramentas que atendem à Constituição Federal e consomem o princípio democrático promovendo o controle e a participação popular na Administração Pública (SOARES, 2002 p. 261).

As audiências referidas nesse artigo são tomadas como sugere Herzfeld (1991), um debate cultural na prática social, e foram propostas pela prefeitura de Goiânia para discutir com a população, e legitimar como decisão legal, a proposta feita por agentes do setor imobiliário da capital de se realizar uma Operação Urbana Consorciada (OUC) em uma região peculiar da cidade.

Segundo Olbertz (2011), a Operação Urbana Consorciada caracteriza-se pela disposição à intervenção urbanística e à regulação do mercado imobiliário, e resulta na execução de um plano urbanístico flexível, em que há concessão de benefícios e recebimento de contrapartidas, mediante concertação público-privada e participação social em todo processo. Essa ferramenta segundo a autora pode ser bastante eficiente principalmente devido à incapacidade ou falta de interesse do Estado de garantir os investimentos necessários em infraestrutura.

No caso da Operação Urbana Consorciada Jardim Botânico (OUCJB), a um custo estimado de 600 milhões de reais, propõe-se a delimitação e a “requalificação” de uma área abrangendo sete bairros: Setor Pedro Ludovico, Vila Izabel, Vila Maria José, Vila Redenção, Areião I³, Jardim Santo Antônio e Jardim das Esmeraldas. Essa região heterogênea chama atenção das construtoras imobiliárias por estar ao lado da região mais cara da cidade atualmente, o bairro Jardim Goiás; a presença do parque Jardim Botânico com cerca de um milhão de metros quadrados no centro da região; e por ser predominantemente ocupada por casas residenciais e ocupações irregulares em bairros carentes de infraestrutura pública, portanto desvalorizados (Mapa 1).



Mapa 1: Mapa de Goiânia. Destaque para a região do Jardim Botânico e da Ocupação Jardim Botânico no círculo de cor verde. Imagem do Google.

Em abril de 2016 a prefeitura anunciou pelos bairros no entorno do Jardim Botânico que seriam realizadas 07 audiências públicas para discutir com os moradores o projeto OUCJB. No portal de notícias da Prefeitura na internet, uma chamada também convidava toda população para acompanhar as audiências que seriam realizadas em

³ Embora o bairro Areião I não esteja na lista oficial dos bairros envolvidos na OUC, ele é citado muitas vezes durante a apresentação do projeto, e é, portanto, considerado nessa pesquisa.

locais determinados. Contudo, só aconteceram 04, sendo que apenas 03 delas acompanhadas pela prefeitura.

As duas primeiras audiências foram marcadas por debates acalorados e acusações. Foram conduzidas pelo representante do setor imobiliário e pelo secretário de planejamento e habitação de Goiânia. Coube ao arquiteto e chefe da equipe contratada para a elaboração do projeto apresentar a proposta em *slides* para a população. A representação de uma cidade ideal, ou o que Jacobs (2003) chamou de “cidades dentro da cidade”, parte desse “novo conceito de vida urbana”, segundo a publicidade imobiliária.

Concentração de mão de obra e mercado consumidor, as cidades modernas tornaram-se lugares especiais para o investimento capitalista e a geração de capital excedente, que conforme Harvey (2014) promove uma íntima relação entre o capitalismo e a urbanização, pois a concentração de mão de obra com oferta de baixos salários garante mais lucro por meio da mais-valia e porque as cidades absorvem a produção de excedentes exigidos pela urbanização, pela suburbanização, e pela criação de novos mercados e estilos de vida, fazendo a cidade um grande negócio capitalista.

Em Goiânia, a arquitetura e o projeto urbano tornaram-se essenciais na concepção da imagem da cidade e do seu *Marketing* para atrair moradores e investimentos, com destaque para o caráter ambiental que sempre foi decisivo no discurso e na formação da imagem da capital (ARANTES, 2015). Nesse sentido, parques urbanos tornaram-se sinônimos de qualidade de vida e de desenvolvimento sustentável, e são equipamentos públicos disputados pela população, pela prefeitura e por investidores imobiliários.

Nos últimos anos muitos parques da cidade se tornaram o que Sharon Zukin define como “paisagens de poder”. A paisagem é uma ordem espacial imposta ao ambiente, natural e construído que é, portanto, sempre socialmente construída e ordenada pelo poder das instituições sociais dominantes. “A paisagem dá forma material a uma assimetria entre o poder econômico e o cultural”. O poder da paisagem é construído ao longo do tempo de maneira simbólica, cultural e arquitetônica, o que reflete no valor econômico do solo urbano e faz da arquitetura o capital do simbolismo (ZUKIN, 2000, p. 84).



Figura 2: parque Vaca Brava no setor Bueno em Goiânia. Foto de Paulo Roberto Leardi.

Caminhando em cima de um tablado com o microfone na mão e projetando imagens em um telão, o arquiteto diagnosticou um cenário muito ruim.

Em síntese, o diagnóstico apresentou uma condição muito frágil de habitabilidade no local. Isso é visto pelas ocupações, pelas questões ambientais e pelo sistema de áreas públicas que são muito deficitárias. O que é mais evidente é o déficit enorme de equipamentos. A atividade econômica é diversificada, mas ela é sem competitividade. Há um processo latente de degradação ambiental, de baixo padrão de mobilidade e acessibilidade, e o mais relevante para essas pessoas, a insegurança do bairro.

Como as linguagens representam os sentidos dos conceitos das coisas que nos cercam, a realidade criada a partir do discurso técnico e das imagens ordenadas é traduzida por nós através de um conjunto de códigos convencionados socialmente. Conceitos como violência, invasão e impacto ambiental, por exemplo, nos trazem sensações negativas enquanto modernidade, beleza e desenvolvimento costumam estar associados a sensações positivas. Convenções que mudam ao longo do tempo e que para a abordagem construcionista, transmite para nós os sentidos (HALL, 2009).

Na perspectiva construcionista, a representação envolve fazer sentido ao forjar ligações entre três diferentes ordens das coisas: o que nós devemos amplamente chamar de mundo das coisas, pessoas, eventos e experiências; o mundo conceitual – os conceitos mentais que carregamos em nossas cabeças; e os signos, arranjados nas linguagens, que ‘respondem por’ ou comunicam esses conceitos (HALL, 2009 p. 58).

Ora, se a linguagem transmite sentidos, uma boa apresentação depende de uma boa representação. Representação é um conceito que veio ocupar um importante lugar nos estudos culturais e que tomo aqui como parte essencial no processo pelo qual o sentido é produzido e trocado entre membros de uma cultura. Envolve o uso da

linguagem, de signos e imagens que respondem por ou representam coisas. “O sentido depende da relação entre as coisas no mundo – pessoas, objetos e eventos, reais ou ficcionais – e do sistema conceitual, que pode operar como representação mental delas” (HALL, 2009, p. 4).



Figura 3: crianças em uma festa junina da comunidade. Foto do autor.

Depois desse diagnóstico, o arquiteto apresentou o projeto com várias soluções, uma proposta de profunda transformação para a região. As imagens selecionadas para classificar e ordenar a continuidade entre o presente e o futuro serviu para o que Canclini (1998) denominou de “teatralização da modernidade”, sugerindo aqui a incorporação da cultura local pela cultura da cidade moderna. Calçadas danificadas substituídas por calçadas largas e acessíveis, adornadas por pequenos jardins, mesas e cadeiras de restaurantes e cafés embaixo de altos prédios sustentáveis com telhados repletos de plantas e placas solares.

Belas imagens que contrastam com o último *slide* que apresentou a possibilidade de os moradores com a posse escriturada de suas casas, vendê-las se tornando “investidores” na OUCJB e para os que não têm escritura, a remoção para apartamentos em um edifício de habitação social a ser construído nas proximidades.

Para o arquiteto,

a partir do diagnóstico nós fizemos um plano para o futuro que tem o objetivo de: 1º fortalecer o contexto social, 2º promover a competitividade da economia local, 3º valorizar o patrimônio socioambiental, 4º reconquistar a rua para o pedestre, 5º reformular o modelo espacial e 6º gerir o processo de mudança. É interessante observar que nós temos um déficit de 297.370 m² de

área de equipamentos públicos, com bairros que não tem nenhuma área com equipamento público. A previsão dentro desse contexto é de adicionar 88.100 m² de áreas públicas para atender os equipamentos públicos.

Ao final, a população saiu acusando o Estado de estar a serviço do capital imobiliário, e frustrada de o projeto, que já parecia finalizado, não considerar os hábitos, as memórias nem o desejo daquelas pessoas continuarem morando onde estão. Políticos aproveitaram o momento para capitalizar alguns votos, a mídia deu publicidade por alguns dias e a prefeitura recuou.

Após uma péssima repercussão, as audiências foram canceladas pelo Prefeito. Contudo, preocupados com o destino traçado para eles no projeto, alguns moradores da região, reunidos em uma associação chamada ILOGU⁴, organizaram suas próprias audiências e chamaram a prefeitura para dialogar.

Para Soares (2002 p. 264), por um lado a audiência pública representa para o Estado o exercício do poder pelo povo, expressa o momento e o local do relacionamento direto, cara a cara, com os poderes legislativo e executivo. Por outro lado, representa o cumprimento da garantia constitucional do devido processo legal, “visto que ela deve se realizar antes de ser adotada uma providência de caráter geral”, como projetos de grande impacto ambiental, por exemplo.

Contudo, para Quijano (2000), o Estado moderno é produto da distribuição democrática do controle sobre os recursos de produção e influência às instituições do governo. Trata-se de um padrão de dominação, exploração e conflito entre os habitantes que estão em posições desiguais no controle dos recursos. O resultado é o saber técnico e o processo administrativo escamoteando as desigualdades sociais sob o discurso de beneficiar a maioria, do desenvolvimento econômico e da sustentabilidade.

Porém, muitos temem um fenômeno observado nas grandes cidades desde a década de 1960, a gentrificação que segundo Zukin (1987) é um processo que, sob um forte e bem articulado discurso de modernização e desenvolvimento, converte áreas desvalorizadas das cidades em áreas residenciais para a classe média.

⁴ Segundo a página na internet do ILOGU: www.ilogu.org.br, o instituto está registrado como pessoa jurídica de direito privado e surgiu da necessidade coletiva de ajudar os moradores da comunidade onde o instituto está localizado, na Avenida Segunda Radial, número 794 bairro Vila Redenção em Goiânia, Goiás, ameaçados de despejo pela prefeitura.

Predominantemente racionalizada pela iniciativa privada, a gentrificação é primeiro percebida pela requalificação estrutural de antigas construções, por ser direcionada a grupos sociais com maior poder aquisitivo, e posteriormente, mantém-se sob uma forte estrutura de seletividade étnica, racial e econômica.

Contra o projeto modernizante do setor imobiliário os moradores se reuniram, organizaram suas próprias audiências e pressionaram a prefeitura apresentando a ocupação a partir de outra gramática de leitura da cidade. Demonstrando que “a relação da memória com a topografia social não pode mais ser negligenciada na racionalização dos planos diretores urbanos e nas políticas públicas das cidades contemporâneas” (ROCHA; ECKERT, 2013, p. 217).

Os moradores da OJB prepararam o ILOGU para receber a população, depois de terem circulado pelas ruas com um carro de som lembrando a todos a hora da reunião. No quintal do instituto colocaram uma fileira de mesas e cadeiras brancas de plástico para as autoridades embaixo de uma forte luz improvisada na árvore. Dezenas de outras cadeiras foram colocadas espalhadas para a população. Instalou-se o som, o microfone, a câmera e foi disponibilizada água para todos em algumas garrafas de refrigerante em cima da mesa no canto.



Figura 3: audiência pública no ILOGU. Foto do autor.

Na ocupação, apesar de o secretário de habitação e planejamento se posicionar de frente para as pessoas, não houve apresentação do projeto, houve performance musical do presidente do ILOGU, Jorge Hércules. A reunião ficou marcada pela participação dos moradores que vieram em grande quantidade reivindicarem as escrituras de suas moradias e questionar várias ordens de despejo recebidas. Em defesa,

argumentaram que já vivem na ocupação há muitos anos, que ajudaram a construir aquela vizinhança e que não era justo serem retirados agora.



Figura 4: apresentação da musica Senzala Moderna com Jorge e Wilton na abertura da 1ª Audiência Pública no ILOGU. Foto do autor.

Os moradores gravaram um vídeo contando as histórias de origem da ocupação, os primeiros que chegaram e como os lugares foram formados. Buscaram mostrar outra imagem da região. Como foram construídas suas casas, lembranças de quando a água vinha do córrego e a comida das hortas no fundo do quintal.

As ocupações da região existem há mais de 60 anos, destacam-se casas familiares com quintais repletos de árvores e plantas, o resultado de uma relação histórica de coevolução entre a mata, o córrego e os moradores, iniciada por pessoas atraídas pela e para a construção da capital goiana, que estabeleceram um sistema de ajuda mútua que possibilitou a ocupação e a sobrevivência naquele local (PAIVA, 2018).

Ademais,

A identidade de qualquer lugar não é determinada em termos de qualquer conjunto de parâmetros claramente definidos; lugares são estabelecidos em relação a um complexo de estruturas objetivas, subjetivas e intersubjetivas que são inseparavelmente conjugadas dentro da estrutura do lugar (TAMASO, 2007, p. 469).

Das duas audiências públicas organizadas pelo ILOGU, em apenas uma houve presença oficial da prefeitura por meio do secretário de habitação e planejamento, e sua equipe que após conhecerem outra imagem dos lugares saíram de lá prometendo

regularizar todas as casas. Era por volta das dez horas da noite quando os moradores comemoraram a decisão e saíram pelas calçadas mostrando suas casas para o secretário, que os acompanhou por vários metros. Nessa noite, as imagens, os argumentos e os discursos mostraram outra imagem da região onde ruas, calçadas, árvores, casas e quintais ganham formas talhadas pelas memórias, ganham outros sentidos que se misturam com a história das pessoas, e as pessoas com a história dos lugares.

O mandato do então prefeito acabou e com ele o do secretário de habitação e planejamento urbano. O projeto de OUCJB está parado em algum armário da prefeitura e os moradores continuam lá, sem escrituras. Enquanto a luta não termina, o instituto e os moradores continuam resistindo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem muitas maneiras de se analisar uma audiência pública. Nesse artigo, procuro mostrar uma dessas maneiras. Em debate, um lugar de múltiplos sentidos. De valores atribuídos de maneira diferente por cada grupo que disputa o direito ao uso dos espaços na cidade. Nesse caso, o olhar antropológico e a câmera participante podem contribuir significativamente para o diálogo intersubjetivo desses atores sociais.

Procurei nesse artigo, portanto, apresentar um encontro de perspectivas acerca das audiências públicas, por um lado o setor imobiliário por meio da prefeitura, do outro lado os moradores tradicionais da região. Mostrar que para além das perspectivas quanto o desejo de uso dos terrenos da região, existe uma forma distinta de ver, viver e conviver na OJB.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, G. O., *Os momentos interpretativos da antropologia e a antropologia visual compartilhada*. Iluminuras, v. 14, n.32, p. 43-54, jan./jun. Porto Alegre, 2013.

ARANTES, G. F. *Intervenções Urbanas: rumo à cidade neoliberal*, Appris, Curitiba, 2015.

ARAÚJO, J. J., *A realização de documentários por comunidades indígenas: notas sobre o projeto Vídeo nas Aldeias*. Intexto UFRGS, n. 26, p. 151 – 169. Porto Alegre, jul. 2012.

- CANCLINI, N.G. *Culturas híbridas*, São Paulo, EDUSP, 1998.
- GIDDENS, A., *A constituição da sociedade*; tradução Álvaro Cabral, 3º Ed. São Paulo. Editora WMF Martins Fonte, 2009.
- HALL, S. *As modernidades e seus outros: três momentos na história das artes da diáspora Negra do Pós-Guerra*. ArtÁfrica – Centro de Estudos Comparativos. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 2009.
- HARVEY, D., *Cidades Rebeldes*. Do direito à cidade à revolução urbana. Tradução: Jeferson Camargo. Martins Fontes, São Paulo, 2014.
- HERZFELD, M. *A place in history: social and monumental time in a Cretan Town*. In: *The Anthropology of Space and Place: locating culture/ edited by Setha M. Low and Denise Lawrence-Zúñiga*. Blackwell Publishing, 1991.
- HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A., *Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2013.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. Martins Fontes, São Paulo, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, C., *Tristes Trópicos*; tradução Rosa Freire D'aguilar, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- MAGNANI, J. G. C., *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana*, Editora Terceiro Nome, São Paulo, 2012.
- OLBERTZ, K., *Operação urbana consorciada*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PAIVA, P. H. B. *Planejamento urbano em Goiânia: a câmera participante e um estudo pelas margens*. *Iluminuras*, v. 19, n. 46, p. 169-210, jan/jul. 2018.
- QUIJANO, A. *El fantasma del desarrollo en América Latina*. *Rev. Venez. De Econ. y Ciencias Sociales*, Vol. 6 N. 2 (mayo-agosto), p. 73-90, 2000.
- ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. *Etnografia da Duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Marcavizual, Porto Alegre, 2013.

SOARES, E. *Audiência pública no processo administrativo*. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 229, p. 259-284, jul. 2002.

TAMASO, I. M. Em nome do Patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ZUKIN, S. *Gentrification: culture and capital in the urban core*. Annual Review of Sociology, Vol. 13. p. 129-147, 1987.

ZUKIN, S. Paisagens Urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In Arantes, Antônio Augusto (org). O espaço da diferença. Papyrus, p. 80 – 103, Campinas, 2000.